

ÍNDICE GERAL

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	5
MODO DE CITAÇÃO DOS TRATADOS INSTITUTIVOS	8
BIBLIOGRAFIA GERAL	11
A. COLECTÂNEAS DE TEXTOS	11
B. COMPILAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA	11
C. OBRAS GERAIS	11
I. EM LÍNGUA PORTUGUESA	11
II. EM LÍNGUA ESTRANGEIRA	12
D. ALGUMAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	14
E. PRINCIPAIS SÍTIOS NA INTERNET	15

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO

§ 1º. União Europeia e Direito da União Europeia: terminologia e enquadramento	17
§ 2º. Os fundamentos históricos do desígnio europeu	23
A. Até à I Guerra Mundial	23
B. No período entre as duas Guerras Mundiais	28
C. Depois da II Guerra Mundial	33
Notas complementares	37
§ 3º. A criação das Comunidades Europeias	40
Notas complementares	46
§ 4º. As etapas do processo de construção europeia	53
A. A etapa da transição (1958-1968)	53

B. A etapa da idade adulta (1969-1992)	54
C. A etapa da idade futura (1993-2009)	57
Notas complementares	73
§ 5º. O Tratado de Lisboa e o renovado estatuto jurídico da União Europeia	77
§ 6º. União Europeia e método eurocomunitário de integração	82
A. O método eurocomunitário de integração: traços identificadores	82
B. Comunidades Europeias e União Europeia: a expressão sobrevivente da dualidade metodológica pós-Tratado de Lisboa (uma estrutura com <i>pilares invisíveis</i>)	84
§ 7º. A União Europeia e “ <i>uma certa ideia da Europa</i> ”	89
§ 8º. A difusão da matriz de integração europeia	92
§ 9º. Cronografia da construção europeia – da Declaração Schuman aos nossos dias	96
Bibliografia específica	111

PARTE I

O SISTEMA INSTITUCIONAL DA UNIÃO EUROPEIA

CAPÍTULO 2

ASPECTOS COMUNS DO SISTEMA INSTITUCIONAL

§ 1º. O sistema institucional – características estruturais	117
A. O quadro institucional único	117
B. Instituições, órgãos e organismos (três níveis diferenciados de actuação institucional)	119
C. Estrutura institucional e fontes de legitimidade	122
D. Regime comum de funcionamento das instituições, órgãos e organismos	123
a) Autonomia	123
b) Função pública da União Europeia	125
c) Privilégios e imunidades	128
d) Regime linguístico	129
e) Sedes	132
Notas complementares	135

§ 2º. Princípios fundamentais de vinculação institucional	136
A. Considerações introdutórias	136
B. O princípio do equilíbrio institucional	137
C. O princípio do respeito pelo acervo eurocomunitário	141
D. O princípio da cooperação leal	143
E. O princípio da transparência	147
Notas complementares	151
Bibliografia específica	153

CAPÍTULO 3

INSTITUIÇÕES, ÓRGÃOS E ORGANISMOS

§ 1º. As instituições de decisão política	156
A. O Parlamento Europeu	156
a) Composição	156
b) Organização e funcionamento	163
c) Competências	166
Notas complementares	175
B. O Conselho Europeu	177
a) Das cimeiras ao estatuto de super-instituição	177
b) Composição	180
c) Organização e funcionamento	181
d) Competências	182
Notas complementares	184
C. O Conselho da União Europeia	187
a) Composição	187
b) Organização e funcionamento	189
i) A Presidência	189
ii) O COREPER	192
iii) O Secretariado-Geral	194
Nota complementar	195
iv) As regras de deliberação	195
Notas complementares	202
c) Competências	208
D. A Comissão Europeia	211
a) Composição	211
b) Organização interna e funcionamento – em especial, o princípio da colegialidade	216
c) Competências	221
Notas complementares	227

§ 2º. O sistema de governo da União Europeia	228
§ 3º. Outras instituições	234
A. O Tribunal de Justiça da União Europeia	234
a) Estrutura – uma instituição, vários tribunais	234
b) Composição	236
c) Natureza da jurisdição	239
d) Função integradora da jurisprudência eurocomunitária	242
e) Competências	243
f) Organização e funcionamento	248
g) O Tribunal Geral	249
h) O Tribunal da Função Pública	252
Notas complementares	253
B. O Banco Central Europeu	256
a) Considerações introdutórias	256
b) Estrutura	258
c) Objectivos e funções	260
d) Poderes – em particular, a competência normativa e a competência sancionatória	261
e) O estatuto de independência do Banco Central Europeu e o seu enquadramento no modelo institucional da União Europeia	262
f) O Banco Central Europeu e o Sistema Europeu de Bancos Centrais	266
i) Composição e natureza	266
ii) Princípios básicos de articulação com os bancos centrais nacionais (hierarquia e descentralização)	267
g) O Banco Central Europeu e o Comité Económico e Financeiro	267
Notas complementares	268
C. O Tribunal de Contas	270
a) Natureza	270
b) Composição e funcionamento	270
c) Competências	271
§ 4º. Órgãos criados pelos Tratados	273
A. O Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança	273
B. O Provedor de Justiça Europeu	276
Notas complementares	279
C. O Comité Económico e Social	280
Nota complementar	281

D. O Comité das Regiões	281
Nota complementar	283
E. Outros órgãos	283
Notas complementares	285
§ 5º. Órgãos e organismos criados pelo decisor da União Europeia	285
A. Os comités técnicos – o papel da comitologia	285
B. Organismos personalizados	290
Notas complementares	292
§ 6º. Os procedimentos de decisão da União Europeia	293
A. Aspectos gerais	293
B. Em especial	299
a) O procedimento legislativo ordinário	299
Notas complementares	304
b) O procedimento de adopção de normas de execução (comitologia)	307
c) O procedimento de celebração de acordos internacionais	310
Nota complementar	316
d) O procedimento de decisão no domínio da Política Externa e de Segurança Comum	317
Bibliografia específica	319

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

321

ÍNDICE GERAL

325